

Licenciamento Prévio para Concessões Florestais

Brasília, 8-9 Maio 2007

Sumário

1. Objetivos e Escopo
2. Estrutura da regulamentação
3. Tópicos da Resolução
4. Próximos Passos

1. Objetivo e Escopo

1. Objetivos e Escopo

- Normalizar o processo de Licenciamento Prévio para Concessões Florestais criado pela Lei 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto 6.063/2007.

Lei 11.284/2006

Define a necessidade de Licenciamento prévio antes das licitações.

Licenciamento prévio baseado em RAP

Não se aplica licença de instalação e PMFS corresponde a licença de operação.

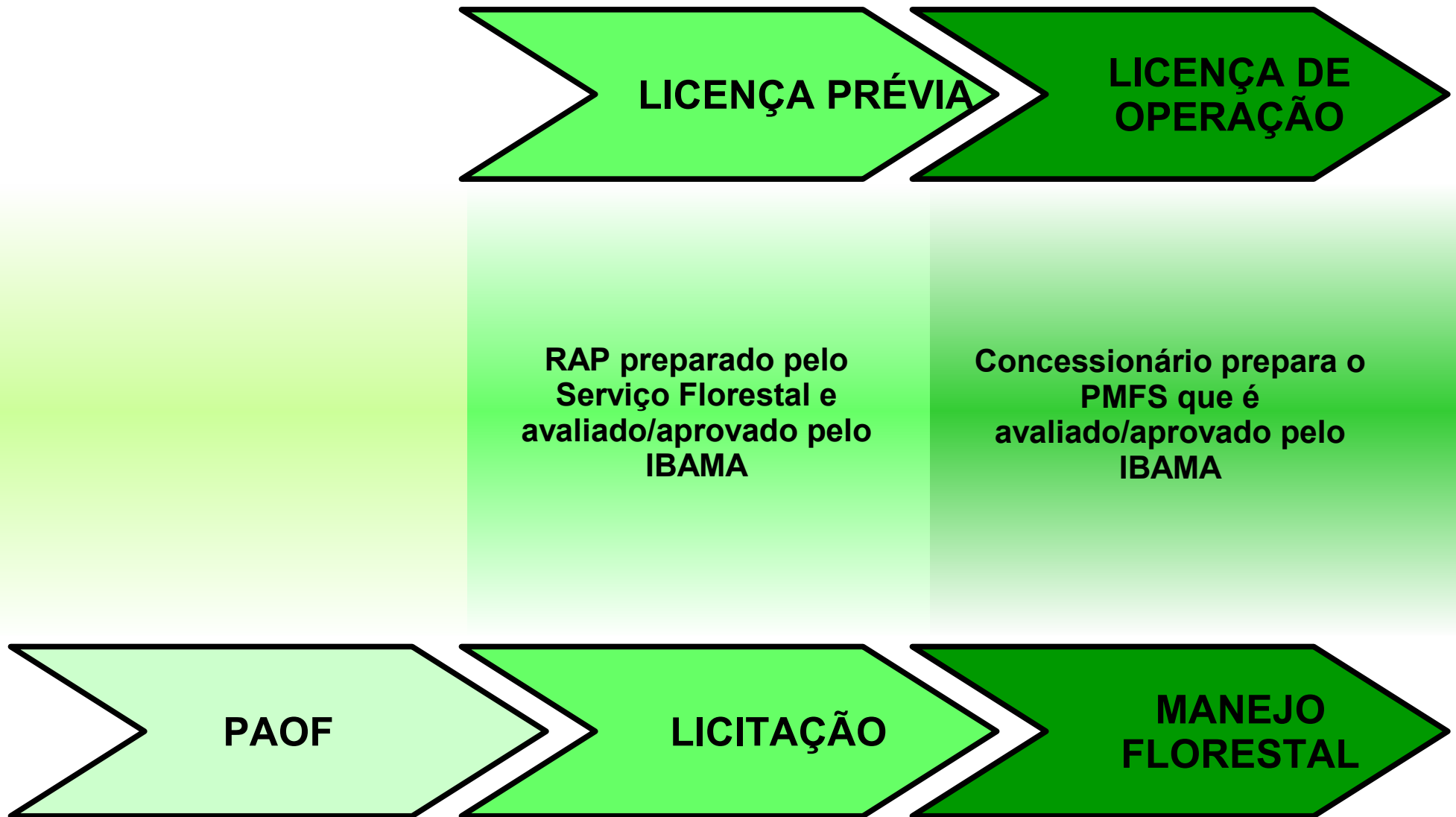
Decreto 6.063/2007

Define **conteúdo mínimo** do RAP

Obras e infra-estrutura tem licenciamento específico.

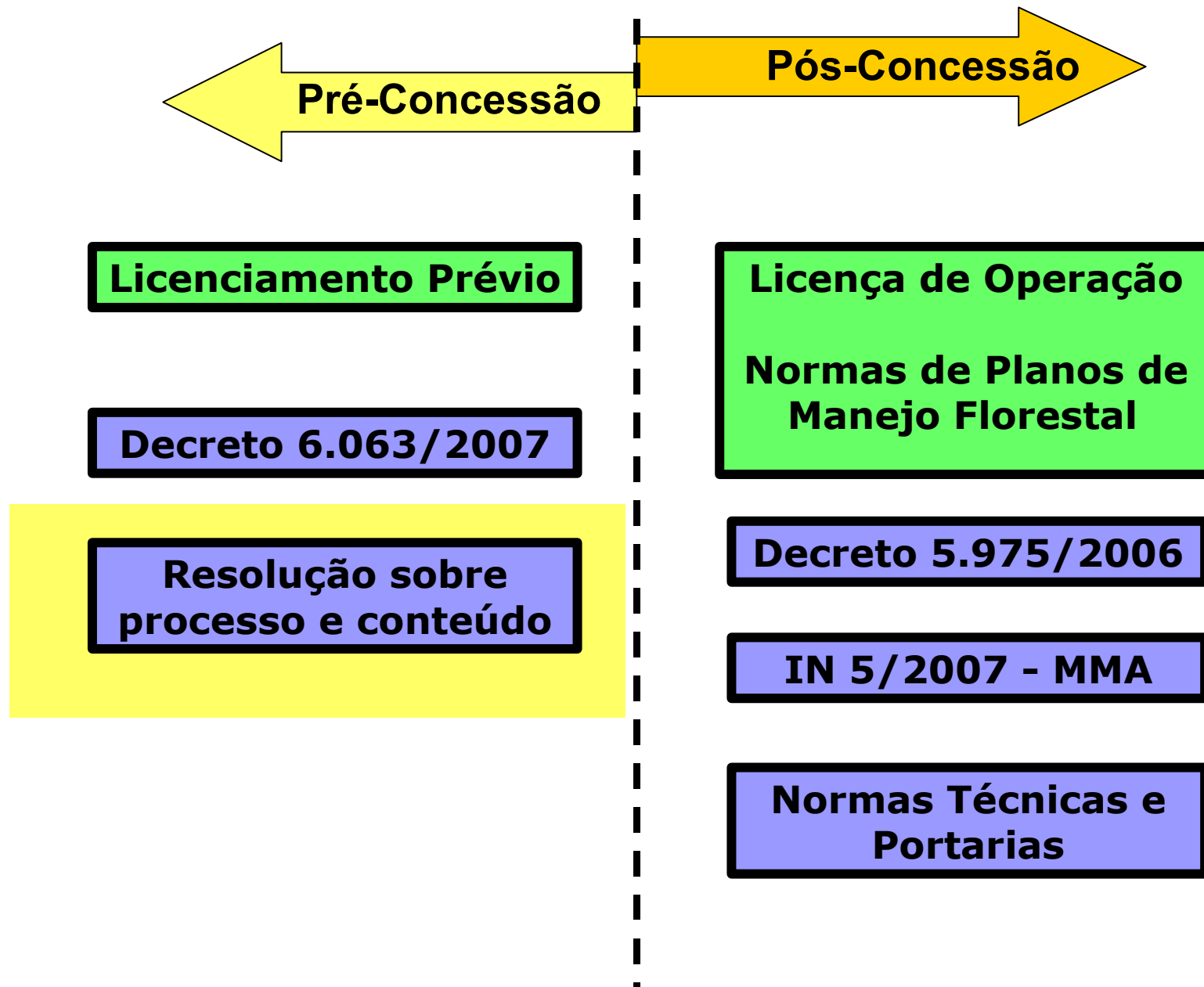
1. Objetivos e Escopo

FUNCIONAMENTO DAS FASES DE CADASTRAMENTO



1. Estrutura da Regulamentação

2. Estrutura da Regulamentação



3. Tópicos da Resolução

3. Tópicos da Resolução

A

Definição dos casos em que se aplica o EIA

B

Definição dos critérios para agrupamento e realização de RAP conjunto (ex. Lote)

C

Modelo de Termo de Referência para realização do RAP

D

Definição do entorno para caracterização do escopo do RAP

3. Tópicos da Resolução

A

Definição dos casos em que se aplica o EIA

Art. 18 da lei 11.284 define que nos casos **potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente** em função da intensidade do manejo florestal e da peculiaridade dos recursos ambientais será exigido estudo prévio de impacto ambiental (EIA).

Critérios sugeridos:

→ Intensidade de exploração

Só poderá haver exploração de mais de xx m³/ha em áreas que tiverem licenciamento com EIA.

→ Áreas de alto valor para conservação / alta sensibilidade

Áreas de alta sensibilidade identificadas durante a execução do RAP (ex. Ninhais, charcos etc) só poderão estar contidas nas áreas de exploração florestal após EIA.

3. Tópicos da Resolução

B

Definição dos critérios para agrupamento e realização de RAP conjunto (ex. Lote)

Art. 18 da lei 11.284 define que poderá ser realizado RAP / EIA que abrajam diferentes unidades de manejo integrantes de um mesmo lote de concessão florestal desde que se situem no mesmo ecossistema e mesmo Estado.

Critério sugerido:

→ [Vizinhança e Municípios](#)

Unidades de Manejo vizinhas

Unidades de manejo em municípios adjacentes

3. Tópicos da Resolução

C

Modelo de Termo de Referência para realização do RAP

- I - descrição e **localização georreferenciada** dos lotes de concessão;
- II - descrição das **características de solo, relevo, tipologia vegetal e classe de cobertura**;
- III - descrição da **flora e da fauna**, inclusive com a indicação daquelas ameaçadas de extinção e endêmicas;
- IV - descrição dos **recursos hídricos** das unidades de manejo;
- V - resultados do inventário florestal;
- VI - caracterização e descrição das **áreas de uso comunitário** no lote de concessão;
- VII - descrição da **área do entorno**;
- VIII - Identificação dos **potenciais impactos ambientais e sociais** e ações para **prevenção e mitigação** dos impactos negativos;
- IX - **Recomendações de condicionantes** para a execução de atividades de manejo florestal.

3. Tópicos da Resolução

D

Definição do entorno para caracterização do escopo do RAP

O art. 28 do Decreto 6.063/2006 especifica que o RAP deverá incluir a descrição do entorno.

Critério sugerido:

→ [Municípios das Unidades de Manejo.](#)

4. Próximos Passos

4. Próximos Passos

- Debate 6ª Reunião da CGFLOP
- Elaboração da Versão #1.0 e envio para revisão e comentários das CGFLOP (e-mail)
- Preparação da Versão #2.0 e envio para consulta pública
- Preparação da Versão #3.0
- Debate na 7ª Reunião da CGFLOP
- Aprovação pelo Conselho Diretor e publicação

Grupo de Trabalho IBAMA / Serviço Florestal trabalharão nos procedimentos para RAP